



IGUALDADE DE GÉNERO NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: balanço do trabalho feito em Portugal

IGUALDAD DE GÉNERO EN LA EDUCACIÓN PREESCOLAR:
saldo del trabajo realizado en Portugal

GENDER EQUALITY IN PRESCHOOL EDUCATION:
balance of work done in Portugal

Maria João Cardona

Instituição: Escola Superior de Educação de Santarém (ESE) Santarém, Portugal
mjoao.cardona@ese.ipsantarem.pt

Resumo Trabalhar a igualdade de género, numa perspetiva de educação para a cidadania é uma preocupação que naturalmente é sentida pelos educadores e educadoras que trabalham com crianças e jovens. Em Portugal, nas últimas décadas, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), uma organização governamental, tem vindo a desenvolver várias iniciativas, em colaboração com o Ministério da Educação, para os diferentes níveis de ensino. Neste artigo é feita uma apresentação das principais iniciativas que em Portugal têm vindo a ser desenvolvidas na educação pré-escolar (crianças dos 3 aos 6 anos, idade de entrada na escola obrigatória) e do que está previsto desenvolver. Neste artigo apresento a forma como tenho participado neste trabalho, analisando o percurso já realizado e refletindo as principais questões a aprofundar, a nível da investigação e da formação das profissionais e dos profissionais que trabalham nas instituições de educação pré-escolar.

Palavras Chave: Educação pré-escolar. Género. Educação para a Cidadania.

Resumen Trabajar la igualdad de género, desde una perspectiva de educación para la ciudadanía, es una preocupación que naturalmente sienten los educadores que trabajan con niños y jóvenes. En Portugal, en las últimas décadas, la Comisión para la Ciudadanía y la Igualdad de Género (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, CIG), una organización gubernamental, ha estado desarrollando varias iniciativas, en colaboración con el Ministerio de Educación, para los diferentes niveles educativos. Este artículo presenta algunas de las principales iniciativas que se han desarrollado en Portugal en educación preescolar (niños de 3 a 6 años, edad de ingreso a la escuela obligatoria) y lo que se prevé desarrollar. En este artículo presento cómo he participado en este trabajo, analizando el camino ya recorrido y reflexionando sobre las principales cuestiones a explorar en términos de investigación y formación de profesionales que actúan en instituciones de educación preescolar.

Palabras clave: Educación preescolar. Género. Educación para la ciudadanía.



Abstract Working on gender equality, from a citizenship education perspective, is a concern that is naturally felt by educators who work with children and young people. In Portugal, in recent decades, the Commission for Citizenship and Gender –Equality (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, CIG), a government organization, that has been developing several initiatives, in collaboration with the Ministry of Education, for the different levels of education. This article presents a presentation of the main initiatives that have been developed in Portugal in pre-school education (children aged 3 to 6, the age of entry into compulsory school) and what is planned to be developed. In this article I present how I have participated in this work, analyzing the journey already undertaken and reflecting on the main issues to be explored in terms of research and training of professionals who work in pre-school education institutions.

Keywords: Preschool education. Gender. Education for Citizenship

Introdução

Este texto tem como base o trabalho que tenho vindo a desenvolver sobre como trabalhar as questões de género, numa perspetiva de educação para a cidadania, na educação pré-escolar (antes dos 6 anos, idade de entrada na escola obrigatória em Portugal) e nos primeiros anos da escolaridade obrigatória. Na sua generalidade este trabalho tem vindo a ser feito com o apoio da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)¹, uma organização governamental, portuguesa ligada à Presidência do Conselho de Ministros, que tem como missão, entre outros aspetos, promover a igualdade entre mulheres e homens através das práticas educativas nos diferentes níveis de ensino do sistema educativo português.

A minha ligação à CIG começou no final dos anos 90 (séc. XX) através da participação em projetos ligados à educação e formação, tendo procurado contribuir para a reflexão sobre como se podem trabalhar as questões de género e educação para a cidadania desde a educação pré-escolar. Alguns destes trabalhos, como será explicado neste artigo, foram integrados pelo Ministério da Educação como referência a nível nacional.

Desde muito cedo as crianças vão-se apropriando de ideias e normas de comportamento associadas aos homens e às mulheres, que de forma rígida e estereotipada vão condicionando a construção da sua identidade.

Abordar e discutir as questões de gênero na educação das crianças pequenas, significa olhar para possibilidades diversas de ser menina e de ser menino, rompendo com explicações justificadas a partir de aspectos biológicos. Significa enxergar e questionar as expectativas sociais dos/as adultos/as sobre “ser menina” ou “ser menino” (FERNANDES, FINCO, 2022, p.238).

Como fazer? Esta é a grande questão. São muitas as dificuldades e receios sentidos pelos profissionais e pelas profissionais que trabalham com crianças pequenas. Intervir ou não intervir, como refere Teresa Estrela (2010) é um dos grandes dilemas sentidos pelas

1 <https://www.cig.gov.pt/>



educadoras e pelos educadores perante as questões de género que naturalmente surgem no dia a dia das instituições educativas. Muitos destes dilemas derivam das conceções dos adultos, incluindo as dos/as educadores/as, assim como os seus receios relativamente às reações dos pais. A necessidade de uma atitude mais atenta e interveniente é a base para o desenvolvimento de uma pedagogia da diversidade em que as questões de género e a educação para a cidadania sejam trabalhadas com a intencionalidade educativa necessária.

Muitos dos estudos realizados nos últimos anos abordam a questão da diversidade, sublinhando sobretudo as questões culturais e socioeconómicas. Mas subjacente a todas as diferenças está sempre a variável gênero e as ideias estereotipadas surgem precocemente afetando a vida de todas as crianças, rapazes e raparigas.

Neste artigo é feita uma apresentação de algumas das principais iniciativas que, com o apoio da CIG, têm vindo a ser implementadas em Portugal para a educação pré-escolar, e em que participei, sendo também refletidos alguns aspectos que carecem de ser mais aprofundados.

Numa primeira parte são apresentados alguns fundamentos do trabalho a desenvolver com as crianças pequenas e na formação dos/as profissionais que trabalham com este grupo etário, sendo feita referência aos documentos orientadores propostos pelo Ministério da Educação de Portugal. Numa segunda parte é apresentada a minha ligação às questões de gênero e educação para a cidadania, analisando o percurso que tenho feito no âmbito desta problemática. Na análise desta evolução é feita uma reflexão sobre o trabalho já feito, o trabalho em desenvolvimento, e o trabalho a continuar, a nível da pesquisa, e a nível das práticas educativas e da formação docente.

Trabalhar a igualdade de género desde a infância

A necessidade de trabalhar as questões de género desde a infância surge naturalmente no dia a dia da vida das famílias e das instituições educativas. São muitas as situações que emergem do que dizem e fazem as crianças que podem promover a necessidade de refletir com elas a igualdade de direitos entre rapazes e raparigas, homens e mulheres, numa perspetiva de cidadania ativa.

O termo gênero é usado para descrever indivíduos a partir do conhecimento da sua categoria sexual de pertença. Trata-se, neste caso, da construção de categorias sociais decorrentes das diferenças anatômicas e fisiológicas diferenciando-se de sexo usado para distinguir os indivíduos com base na sua pertença a uma das categorias biológicas: sexo feminino e sexo masculino (CARDONA, VIEIRA, TAVARES, UVA, NOGUEIRA, 2010, p. 12)



A identidade de género começa a construir-se precocemente. Como refere Cristina Vieira (2006) antes do seu nascimento as crianças são tratadas de forma diferenciada consoante o sexo a que pertencem e aprendendo o que socialmente é considerado mais *apropriado*. O que se considera ser mais indicado para homens e mulheres, rapazes e raparigas, revela frequentemente ideias estereotipadas que reforçam desigualdades sociais, a par de uma certa tendência para a naturalização destas diferenças.

(...) a progressiva compreensão que a criança evidencia acerca do que é o género está intrinsecamente ligada ao seu desenvolvimento cognitivo, isto é, ao seu nível de compreensão geral do mundo em que vive e do seu papel no mesmo. Neste enquadramento, por volta dos dois/três anos a criança está apta a designar corretamente o seu género. (...) a progressiva consolidação da identidade de género nos primeiros anos de vida da criança abre, no entanto, caminho à apropriação de normas comportamentais rígidas, ou de estereotipias, as quais poderão ter uma influência perversa na autenticidade da trajetória de desenvolvimento individual, subsequente, dos rapazes e das raparigas. Torna-se, por isso, fundamental o desenvolvimento de uma atuação pedagógica adequada e concertada – entre as várias fontes de influência, como seja a escola, a família, os media – que corrija as mensagens estereotipadas sobre o género que a criança vai aprendendo (...) (CARDONA, VIEIRA, TAVARES, UVA, NOGUEIRA, 2010, p. 25).

O termo estereótipo remonta a finais do século XVIII, sendo aplicado para designar uma chapa de metal que permitia reproduzir cópias tipográficas de um original. Foi utilizado para designar algo de ‘fixo’, ‘rígido’, decorrente da fusão do significado etimológico do termo stereo, em grego, ‘sólido’, ‘firme’, e de typos, impressão (LIMA, SOBRAL, 2016, p. 162).

Se os estereótipos nos dão uma imagem socialmente partilhada dos atributos dos membros de um grupo, os papéis sociais correspondem aos traços e comportamentos desejáveis nos membros desse grupo. Assim os papéis de género correspondem ao que uma sociedade considera que um homem e uma mulher devem ser e como se devem comportar (LIMA, SOBRAL, 2016, p. 164).

Os estereótipos de género são entendidos como opiniões e ideias arbitrárias, associadas às características e aos comportamentos dos homens e das mulheres, sem uma base racional, num raciocínio dicotómico, conformista, promovido culturalmente desde idades precoces (CARDONA, VIEIRA, TAVARES, UVA, NOGUEIRA, 2010, pp. 18-19). Dependentes dos contextos socioculturais, são apreendidos precocemente e quase sempre veiculados de forma inconsciente, ou pouco consciente, acabando por se aceitar como *naturais* ideias sem fundamento. Só é possível ultrapassar estas estereotipias explicitando o significado que lhes está implícito.

Catherine Vidal (2015) baseando-se nos estudos recentes das neurociências desconstrói muitos estereótipos associados ao género e sublinha como estas ideias afetam o



processo de desenvolvimento e aprendizagem de rapazes e raparigas condicionando os seus desempenhos e as suas expectativas desde a infância.

Os percursos escolares que se começam a delinear na educação pré-escolar vão sendo condicionados pelas vivências e pelas expectativas que se vão construindo sobre as crianças e pelas crianças. As estatísticas indicam a existência de um maior sucesso escolar por parte das raparigas, reforçando a ideia de que estas, na generalidade, têm uma melhor adaptação à escola porque as exigências e expectativas dos adultos, e consequentemente também das próprias crianças, são diferentes para rapazes e raparigas (EURYDICE, 2009). Este facto evidencia-se, por exemplo, quando avaliamos os dados de acesso ao ensino superior como é referido no relatório anual do Conselho Nacional de Educação de Portugal:

Nas últimas décadas, a percentagem de mulheres com ensino superior tem subido consistentemente, invertendo a diferença histórica a favor dos homens (OCDE, 2021b). As mulheres representam 53,6% dos estudantes inscritos no ensino superior, o que também se observa na grande maioria dos países da OCDE (...) (CNE, 2022, p. 114).

No geral, elas aprendem cedo a ser mais calmas e obedientes, enquanto os rapazes podem ser mais indisciplinados e desorganizados, sendo diferentes as representações de *bom aluno* e de *boa aluna* por parte de educadores e familiares. Estes dados são confirmados em diferentes pesquisas e começam a verificar-se ainda na educação pré-escolar, afetando as trajetórias escolares (CARDONA, 2017).

No entanto, continua a ser valorizada e reforçada uma atitude de mais passividade para as raparigas, o que afeta as suas expectativas e desempenhos, tanto a nível social como profissional, ao contrário do que seria de esperar, pelos seus resultados escolares mais elevados (CARDONA, 2017). Como fazer? Qual o papel das instituições educativas?

Importa refletir sobre as práticas e sobre a formação de docentes e não docentes, na perspetiva de que todos acompanham o processo educativo das crianças, o qual comprehende momentos formais e informais de aprendizagem, dentro e fora da instituição educativa, e que naturalmente emergem no quotidiano da vida escolar.

É necessário partir do que acontece entre as crianças e na escola, para tentar compreender como se constroem essas dificuldades e desigualdades precoces e para também perceber como é que a escola pode intervir para evitar que estas desigualdades se acentuem (BAUTIER, 2008, p.249).

A entrada na educação de infância ou na escola é um momento fundamental na vida das crianças e famílias, por serem portadoras de novas regras sociais, novos desafios que irão naturalmente implicar novas aprendizagens. A diversidade das interações sociais é



sempre geradora de situações de conflitualidade cognitiva que diversificam e ampliam as regras familiares, gerando novos tipos de interações e aprendizagens sociais.

Saber conviver com estas situações, por vezes dilemáticas, que fazem parte do dia a dia das instituições educativas, é o grande desafio que o pessoal docente e não docente enfrenta, sendo também a base para novas aprendizagens. A conceção das instituições educativas como obedecendo a uma lógica uniformizadora em que não existem conflitos é uma ilusão. O desenvolvimento e a aprendizagem das crianças contém uma dimensão de conflito que faz parte da construção do pensamento (JARES, 2002, p. 75)

Nos espaços educativos temos sempre como que um currículo oculto que a nível formal e não formal afeta as vivências e aprendizagens de crianças, jovens e adultos. Este currículo oculto engloba tudo o que acontece, todas as interações sociais que se estabelecem, gerando aprendizagens imprevistas. Estar atento a esta complexidade e informalidade da vida das instituições educativas é um dos maiores desafios e dificuldades de docentes e não docentes (EURYDICE, 2009).

Para além da vida familiar, são inúmeros os espaços de aprendizagem que fazem parte da vida das crianças. E podemos começar por destacar o papel dos meios de comunicação social, ou de difusão de informação, como a rádio, a televisão, a internet, etc. Apesar de todas as potencialidades que lhes estão associadas, há que ter em conta a inevitabilidade de os seus conteúdos poderem transmitir informações erradas ou valores indutores de ideias estereotipadas.

A valorização de todas as formas de aprendizagem que naturalmente ocorrem na instituição educativa implica a necessidade de *desocultar* a globalidade do potencial educativo a que as crianças têm acesso desde a educação pré-escolar.

(...) na formação do ser humano enquanto membro de uma sociedade que partilha valores e pressupõe o usufruto de direitos e o exercício de deveres e responsabilidades, [a escola] é vista aqui como podendo ter um papel realmente transformador. Essas práticas transformadoras podem ser logo ensaiadas desde o jardim de infância, que deve ser encarado como um espaço por excelência de vivência inicial de cidadania numa fase crucial da vida das crianças para a apropriação de estereótipos sendo as de género, como vimos, fortemente normativas neste período do desenvolvimento humano (CARDONA, VIEIRA, TAVARES, UVA, NOGUEIRA, 2010, p. 46).

Educação e igualdade de género, numa perspetiva de educação para a cidadania, implicam a preparação para o saber estar com os outros e em sociedade de uma forma participativa e crítica, relativamente a estereótipos de género que afetam a construção de uma sociedade democrática e plural (CARDONA, 2017). Neste sentido é fundamental começar por avaliar as ideias estereotipadas que as crianças manifestam para saber como intervir.



“Olhar para as crianças, para o que pensam e sentem, sobre as questões de gênero com as quais se deparam em seu dia a dia nas interações e nas brincadeiras” (FERNANDES, FINCO, 2022, p. 238).

As atividades de diálogo e de questionamento são estratégias privilegiadas para abordar a diversidade desconstruindo estereótipos que precocemente fazem já parte das narrativas das crianças:

“Sou Carolina. Tenho 4 anos. (...) Quando for grande como a mãe não quero ser nada. (...).”

“Sou a Patricia. Tenho 4 anos. A minha casa é ao pé do meu pai. A minha mãe está a fazer o almoço para o meu pai. (...) Quando for grande quero ser mãe e fazer o almoço.” (SILVA, ARAÚJO, LUÍS, RODRIGUES, ALVES, ROSÁRIO, CARDONA, [Coord.], CAMPICHE, TAVARES, 2006, p. 30 -31).

Existem situações que naturalmente emergem no quotidiano das instituições educativas que podem ser trabalhadas com as crianças. Mas paralelamente é importante que existam também propostas previamente planeadas com uma intencionalidade educativa, para que a igualdade de gênero seja efetivamente contemplada nas práticas de trabalho, não se limitando a ser abordada apenas quando surgem situações dilemáticas.

A realidade portuguesa e o trabalho que tenho vindo a desenvolver

Em Portugal a educação para a cidadania é uma preocupação que está contemplada na Constituição da República e na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (DGE/ME, 2017), aparecendo a igualdade de género como obrigatória. Na educação pré-escolar, destinada às crianças com menos de 6 anos, idade de entrada na escola obrigatória, as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (LOPES DA SILVA, MARQUES, MATA, ROSA, 2016) também referem de forma clara a necessidade de trabalhar a igualdade de género. As Orientações Curriculares definem três áreas de conteúdo (Formação Pessoal e Social; Expressão e Comunicação e Conhecimento do Mundo), estando as sugestões para o trabalho sobre género e cidadania integradas na área da Formação Pessoal e Social.

Vou de seguida apresentar de forma mais detalhada o trabalho que tenho vindo a desenvolver, e o meu contributo para a construção de alguns referenciais adotados pelo Ministério da Educação para a promoção da igualdade entre homens e mulheres desde a educação pré-escolar.



Como educadora, formadora e investigadora, sempre me preocupei, de forma mais abrangente, com a dimensão institucional e política da educação. Com esta preocupação desde 1996 tenho vindo a colaborar com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

Depois de vários contactos e participação em encontros, a minha ligação mais formal com a CIG começou no *Projeto Coeducação: do princípio ao desenvolvimento de uma prática*, um projeto-piloto, transnacional, coordenado pela Comissão e subvencionado pela Comissão Europeia. Este projeto decorreu entre 1998 e 2001, reunindo várias instituições de formação com a finalidade de promover a integração da dimensão da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na formação de docentes. Entre outras ações, cada instituição organizou uma publicação, sendo a que coordenei sobre o trabalho das questões de género na educação pré-escolar através das narrativas (SILVA, ARAÚJO, LUÍS, RODRIGUES, ALVES, ROSÁRIO, CARDONA [Coord.], CAMPICHE, TAVARES, 2006).

Esta publicação pretende ser, numa primeira fase, a atualização de um Guia de apoio que a CIG tinha organizado para o trabalho na educação pré-escolar, cuja leitura foi muito importante no início do meu percurso como formadora (COMISSÃO DA CONDIÇÃO FEMININA, 1979). Apesar de a ideia inicial ter evoluído, não posso deixar de referenciar o impacto que a leitura deste Guia teve no trabalho que, em 1985, iniciei ao nível da formação.

Entre 2006 e 2008, a convite da CIG, participei no Fórum Educação e Cidadania, organizado pelo Ministério da Educação e pelo Conselho de Ministros, sob a coordenação do Professor Marçal Grilo. Deste Fórum resultou um documento orientador para o trabalho da educação e formação para a cidadania a desenvolver em Portugal (Fórum Educação e Cidadania, 2008). Nas recomendações deste documento, entre outros aspetos, é evidenciada a necessidade de garantir a integração da Igualdade de género numa perspetiva de Educação para a Cidadania na formação dos/as docentes de todos os níveis de ensino, da educação pré-escolar ao ensino secundário. Nesse sentido é sublinhada a necessidade de serem criados recursos e materiais de apoio (Fórum Educação e Cidadania, 2008, p. 2 -3).

Foi decidido que a CIG, em articulação com o Ministério da Educação, construísse guiões de apoio para o trabalho de género e educação para a cidadania nas instituições educativas. Coordenei os guiões elaborados para a Educação Pré-escolar (CARDONA [Coord.], VIEIRA, TAVARES, UVA, NOGUEIRA, 2010) e para o 1º Ciclo do Ensino Básico² (CARDONA [Coord.], VIEIRA, TAVARES, C., UVA, NOGUEIRA, PISCALHO, 2011)³.

² 4 primeiros anos da escolaridade obrigatória.

³ Estes Guiões são de acesso livre no site da CIG: <https://www.cig.gov.pt/area-igualdade-entre-mulheres-e-homens/projetos/guioes-de-educacao-genero-e-cidadania/> ou no site da Direção Geral do Ministério da Educação: <https://www.dge.mec.pt/recursos-0>



Para a construção destas publicações foram recolhidos dados através dos estágios e através de atividades de formação com profissionais que trabalham com este grupo etário. A preocupação foi construir materiais de apoio, com fundamentação teórica e sugestões de trabalho flexíveis tendo em conta a especificidade dos diferentes contextos educativos.

Foram construídos Guiões para todos os níveis de ensino, tendo sido iniciado, paralelamente, um programa de formação a nível nacional, para a sua apresentação e divulgação. Todos os Guiões contêm uma primeira parte comum, dedicada ao enquadramento teórico e conceitual, e uma segunda parte com muitas sugestões para apoio às práticas educativas. Foram concebidos para poderem ser trabalhados na formação inicial e/ou em atividades de formação contínua, e para também poderem ser trabalhados autonomamente pelos/as educadores/as ou professores/as no seu dia a dia de trabalho.

Na construção dos Guiões que coordenei, todas as sugestões apresentadas derivam de situações recolhidas em oficinas de formação contínua e em situações de supervisão de estágios da formação inicial. Como metodologia privilegiada de trabalho seguimos a filosofia para crianças (LIPMAN, 1995). Esta metodologia de trabalho privilegia uma atitude de questionamento, onde o debate e o diálogo assumem uma função essencial.

Nas sugestões de trabalho apresentadas são diferenciadas as que implicam a intervenção do/a educador/a perante situações que naturalmente surgem no quotidiano, e outras que surgem a partir de uma intervenção intencional do/a educador/a, através da realização de atividades previamente planeadas.

Para promover uma atitude de reflexão, adequada às características dos diferentes contextos educativos, são apresentados muitos exemplos, grelhas de análise e muitas sugestões de livros e de materiais pedagógicos. Este trabalho tem vindo a ser continuado através de várias atividades de formação desenvolvidas ao nível nacional e de reuniões periódicas organizadas pela CIG.

Aposta na formação contínua de profissionais de educação, do pré-escolar ao ensino secundário, traduziu-se na formação, até 2019, de mais de 2.100 docentes de todos os ciclos de escolaridade, mediante 130 ações acreditadas, focadas na aplicação dos Guiões de Educação Género e Cidadania, a maior parte das quais na modalidade de oficina de formação (ALVAREZ, 2019, p. 76).

Ao nível da formação inicial existe uma rede nacional que se reúne periodicamente, coordenada pela CIG, que envolve cerca de 16 instituições de ensino superior, de norte a sul do país.



Os Guiões de Educação, Género e Cidadania inscrevem-se na linha de atuação da Comissão que sempre elegeu a educação como área de intervenção prioritária (...). Da ação desenvolvida pela Comissão resultou, entre outras, a criação de uma Rede Nacional informal (a Rede Coeducação) de especialistas, investigadoras e investigadores em Género, Educação e Formação, docentes do ensino superior e não superior e elementos de ONG. Esta Rede é, hoje, um recurso nacional incontornável para uma intervenção na educação, no domínio da igualdade de género, fundada em rigor, adequação e sustentabilidade científica e pedagógica. A ela pertencem muitos dos elementos da equipa que concebeu estes Guiões. (CARDONA, VIEIRA, TAVARES, UVA, NOGUEIRA, 2010, p. VII -VIII).

Este projeto teve já duas distinções da Comissão Europeia,⁴ tendo sido integrado na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania que o Ministério da Educação está a implementar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário (DGE/ME, 2017).

Na instituição onde trabalho (Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém. de Portugal), têm vindo a surgir diferentes projetos em consequência desta colaboração com a CIG: publicações, monografias; trabalhos finais de mestrado, encontros, ações de formação, construção de materiais de apoio às práticas educativas na educação pré-escolar (crianças dos 3 aos 6 anos) e no ensino básico (primeiros 4 anos da escolaridade obrigatória).

Por outro lado, os conteúdos de gênero e educação para a cidadania estão integrados em unidades curriculares dos Mestrados que habilitam para a docência na educação pré-escolar e no 1º Ciclo do ensino básico, nomeadamente em unidades curriculares específicas sobre o trabalho de educação para a cidadania e nas Práticas de Ensino Supervisionado.

Sintetizando, o trabalho tem vindo a evoluir em torno dos seguintes objetivos: estudar as questões de género e a forma como estas são (ou não) integradas nas práticas pedagógicas desde a educação pré-escolar; avaliar o porquê destas questões continuarem a ser as *grandes ausentes* nos currículos de formação, nos jardins de infância e nas escolas; analisar o impacto das questões de gênero nas trajetórias escolares das crianças.

A CIG tem organizado os dados recolhidos ao longo de todo o processo, nomeadamente as horas de formação realizadas ao nível nacional e as sugestões para a realização de novos materiais de apoio. Mas é um trabalho que carece ser mais aprofundado em termos de investigação.

Neste sentido, iniciei a orientação de um estágio durante o doutoramento de Carolina Alvarenga, professora da Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, no Brasil. Durante esta pesquisa foram realizadas várias entrevistas a quem coordenou o projeto dos Guiões e às autoras, reunindo também dados sobre o trabalho de formação realizado desde 2010.

⁴ <https://www.cig.gov.pt/acoes-no-terreno/projetos/guioes-educacao-genero-cidadania-estrategia-main-streaming-genero-na-educacao-sistema-educativo/>



Este trabalho já deu origem a algumas publicações: ALVARENGA, NOGUEIRA, CARDONA (2023); ALVARENGA, CARDONA (2019); VIANNA, ALVARENGA (2018). A sistematização da informação e sua consequente análise, constituem uma etapa importante para planejar, de forma mais consistente, o desenvolvimento futuro das atividades a desenvolver.

A par do trabalho realizado diretamente com a CIG, há outras ações implementadas a pedido de autarquias e outras instituições sobre as questões da igualdade de género que têm tido a sua relevância, nomeadamente sobre as desigualdades laborais, as dificuldades de conciliação da vida familiar e profissional, a prevenção da violência doméstica e da violência no namoro.

Estou atualmente a participar no *Projeto Interseções: desafios da igualdade entre mulheres e homens na educação para o desenvolvimento*, que para além da CIG integra colegas de outra ESE, colegas do Graal e da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, sendo financiado pelo Instituto Camões. Este projeto visa refletir as questões da Igualdade entre homens e mulheres na perspetiva de Educação para o Desenvolvimento, considerando os referenciais da Educação para o Desenvolvimento (DGE/ME, 2016) e da Educação para a Cidadania (DGE/ME, 2017). Entre outras ações foi já construído um recurso educativo (SILVA, MADEIRA, COELHO, MOURA, ALVAREZ, 2022)⁵ que me pediram para adaptar à educação pré-escolar e ao 1º ciclo do ensino básico, trabalho ainda em curso.

Reflexão final

Fazendo um balanço do trabalho feito, do trabalho em curso e do trabalho a desenvolver futuramente, é de salientar o facto de ao longo das duas últimas décadas estar consagrado nas orientações do Ministério da Educação a obrigatoriedade do trabalho sobre igualdade de gênero e educação para a cidadania desde a educação pré-escolar.

Destaco ainda o relevo dado na formação inicial e continuada dos docentes e das docentes no trabalho nestas áreas, assim como a aposta que tem sido feita na construção de documentos de apoio. Há, no entanto, ainda muito caminho a percorrer, e sobretudo as necessidades atuais são diversas do que eram no início do século XXI. Para além da diversidade contextual é de considerar que a forma de abordagem pedagógica das questões de gênero e cidadania tem também que começar a ser diferente.

⁵ Esta publicação é de livre acesso e esta disponível no site da CIG
<https://www.cig.gov.pt/area-igualdade-entre-mulheres-e-homens/projetos/intersecoes-igualdade-entre-mulheres-e-homens-e-a-educacao-para-o-desenvolvimento/>



Se numa fase inicial o trabalho realizado se centrou mais na educação formal e no que se passava dentro das salas de aula, gradualmente foi-se evidenciando a necessidade do envolvimento das famílias, e a necessidade da abordagem ter uma dimensão institucional mais alargada.

(...) o fundamento da melhoria da prática docente, para que de modo continuado influencie os alunos ao longo dos percursos escolares, deve integrar-se num trabalho coletivo de toda escola. Tudo isso enquadrado num contexto organizativo, em contextos familiares e comunitários e numa determinada política educativa (...) (BOLÍVAR, 2007, p. 45).

Defende-se que a educação para a cidadania esteja inscrita no projeto educativo da instituição, sem se restringir às atividades docentes e aos espaços de educação formal, devendo envolver toda a comunidade escolar e toda a dinâmica organizacional. A escola no seu todo deve assentar as suas práticas quotidianas em valores e princípios de cidadania, de forma a criar um clima aberto e livre para a discussão ativa das decisões que afetam a vida de todos os membros da comunidade escolar (DGE/ME, 2017).

Paralelamente, é importante conceber as questões relativas à igualdade de género numa perspetiva de educação e desenvolvimento, que tem que ser considerada dentro e fora das instituições educativas. Esta perspetiva que é apresentada no projeto Interseções (SILVA; MADEIRA; COELHO; MOURA, ALVAREZ, 2022) visa a abordagem da educação para a cidadania numa ótica global de cidadania ativa que deve ser promovida desde a infância.

De forma reativa, nos últimos anos, movimentos populistas começaram a falar da existência de uma *ideologia de gênero*, dando-lhe um sentido pejorativo, e receando o seu impacto nas escolas por vir contrariar valores tradicionais associados ao papel dos homens e mulheres. Estes novas ameaças, exigem um esforço ainda maior na clarificação dos fundamentos para o desenvolvimento de uma pedagogia da diversidade, em que todas as crianças, rapazes e raparigas, possam ter uma verdadeira igualdade de oportunidades e de participação, como cidadãos e cidadãs. A educação é o espaço privilegiado para o desenvolvimento de uma literacia política, informada, crítica e ativa desde a infância.

Referências

ALVARENGA, Carolina; NOGUEIRA, Thuanny A; CARDONA, Maria João. A construção de políticas de Gênero e cidadania na educação de infância portuguesa, **Revista zero a seis**, 24, 2023 <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2022.e87712>



ALVARENGA, Carolina F., Cardona, Maria João. Cidadania e igualdade de gênero na educação pré-escolar: estratégias e desafios na construção de uma política pública em Portugal. In PINHAL, João; CAVACO, Carmen; CARDONA, Maria João; COSTA, Fernando; MARQUES, Joana; FARIA, Rita (orgs.), **A investigação, a formação, as políticas e as práticas em educação – 30 anos de AFIRSE em Portugal. Atas do XXV Colóquio da AFIRSE Portugal** (pp. 113-123) AFIRSE Portugal/Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2019 <http://afirse.ie.ul.pt/atas-online/>

ALVAREZ, Teresa. Igualdade de género e formação de docentes: das políticas públicas às estratégias de intervenção – mudanças e resistências. In Alvarez, Teresa; JOAQUIM, Teresa; PINTO, Teresa (org.), **Estudos sobre as mulheres Conhecimentos itinerantes percursos partilhados** (pp. 70-81) Ed. CEMRI, Universidade Aberta. 2019 <http://hdl.handle.net/10400.2/9765>

BAUTIER, Élisabeth. **Apprendre à l'école. Apprendre l'école**, C. Sociale.2008.

BOLÍVAR, António. Um olhar atual sobre a mudança educativa: onde situar os esforços de melhoria? In LEITE, Carlinda, LOPES, Amélia, **Escola, Currículo e Formação de Identidades**, (pp. 13-51), Ed. ASA. 2007.

CARDONA, Maria João. Género e cidadania na educação pré-escolar. Vivências em tempo de pandemia no contexto português. **Zero-a-Seis**, 23 (Especial), 1223-1240. 2021.<https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e81150>

CARDONA, Maria João. Infâncias e modelos de educação de infância. In **II Seminário Luso-Brasileiro de Educação de Infância. Investigação, formação docente e culturas de infância**. Universidade Minho. 2017. http://www.whitebooks.pt/pdf/Atas-II-SLBEI-26-maio-2017_v5.pdf

CARDONA, Maria João (coord.); VIEIRA, Cristina; TAVARES, Teresa C.; UVA, Marta; NOGUEIRA, Conceição, PISCALHO, Isabel. **Guião de educação: Género e cidadania no 1.º ciclo do ensino básico**. CIG. 2011. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/guiao_educa_1ciclo.pdf

CARDONA, Maria João (coord.); VIEIRA, Cristina; TAVARES, Teresa C.; UVA, Marta, NOGUEIRA, Conceição. **Guião de educação: Género e cidadania no pré-escolar**. CIG. 2010. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2015/10/398_15_Guiao_Pre_escolar.pdf

COMISSÃO DA CONDIÇÃO FEMININA. **Actividades para uma educação não sexista. Sugestões para o Ensino pré-primário**. Comissão da Condição Feminina.1979

CNE. **Estado da Educação 2021**, CNE. 2022. <https://cnedu.pt/pt/publicacoes/estado-da-educacao/1871-estado-da-educacao-2021>

DGE/ME. **Estratégia nacional de educação para a cidadania**. DGE/ME. 2017. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf



DGE/ME. Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário, Ministério da Educação/ DGE. 2016
<https://www.dge.mec.pt/referencial-de-educacao-para-o-desenvolvimento-educacao-pre-escolar-ensino-basico-e-ensino>

ESTRELA, Maria Teresa. **Profissão Docente. Dimensões afectivas e éticas**, Porto: Areal Editores. 2010

EURYDICE. **Diferenças de género nos resultados escolares: estudo sobre as medidas tomadas e a situação actual na Europa**. CE. 2009.

FERNANDES, Noeli A., FINCO, Daniela. Diálogos Necessários de Gênero: Olhares e Culturas que se Entrecruzam na Educação Infantil. **Revista Interacções**, 18(61), 233–257. 2022. <https://doi.org/10.25755/int.26981>

FÓRUM EDUCAÇÃO E CIDADANIA. **Objectivos estratégicos e recomendações para um plano de acção de educação e de formação para a cidadania**. CIG. 2008.https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/02/Obj_estrat_plano_educ_cidadania.pdf

JARES, Xesus. **Educação e conflito**. ASA. 2002

LIMA, Maria Luisa; SOBRAL, José Manuel. “Desigualdades de género e novas formas de sexismo, SILVA, Manuel Carlos; Lima, Maria Luisa; SOBRAL, José Manuel; ARAÚJO, Maria Helena; RIBEIRO, Fernando Bessa (Org.) **Desigualdades e políticas de género**, Húmus, pp. 161- 187. 2016

LIPMAN, Matthew. **O pensar na educação**. Vozes.1995.

LOPESDASILVA, Isabel; MARQUES, Liliana; MATA, Lourdes, ROSA, Manuela. **Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar**. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação. 2016. <https://www.dge.mec.pt/orientacoes-curriculares-para-educacao-pre-escolar>

SILVA, Ana; ARAÚJO, Dina; LUÍS, Helena; RODRIGUES, Isabel; ALVES, Madalena; ROSÁRIO, Manuela; CARDONA, Maria João (Coord.), CAMPICHE, Jean, TAVARES, Teresa. **A narrativa na promoção da igualdade de género. Contributos para a educação pré-escolar**. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. (1.ª Edição de 1999). 2006.

SILVA, Alexandra; MADEIRA, Eliana; COELHO, La Sallete; MOURA, Maria José; ALVAREZ, Teresa. **Interseções: Igualdade entre Mulheres e Homens e a Educação para o Desenvolvimento**, Ed Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. 2022. [https://www.cig.gov.pt/area-igualdade-entre-mulheres-e-homens-e-a-educacao-para-o-desenvolvimento/](https://www.cig.gov.pt/area-igualdade-entre-mulheres-e-homens/projetos/intersecoes-igualdade-entre-mulheres-e-homens-e-a-educacao-para-o-desenvolvimento/)

VIANNA, Cláudia, ALVARENGA, Carolina (2018). A inserção de gênero na educação infantil: a experiência de Portugal - entrevista com Maria João Cardona, **Educação e Pesquisa**, 44, 1-20 <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-463420184400>- SCIELO.BR.



VIEIRA, Cristina C. É menino ou menina? Género e educação em contexto familiar. Coimbra: Edições Almedina. 2006.

VIDAL, Catherine. **Cerveau, sexe et préjugés**. F.C. Gulbenkian, 2015.

Recebido em: 31/10/2023

Aceito em: 16/02/2024